I-Autorizo a expedição da(s) Licença(s) Especial(is) de Transporte de Produtos Perigosos(LETPP) para o(s) veículo(s) de placas supra relacionada(s),

constante(s) do processo SEI em referência.

II-Publique-se.

São Paulo Urbanismo

## GERÊNCIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA

**Ata** | **Documento:** <u>130578571</u>

# ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC FARIA LIMA

Realizada em 11/03/2025

PAUTA: I. Verificação de Presença; II. Aprovação da ata da 62ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima (10/12/24); III. Portarias SGM 11, 18 e 70/2025; IV. Controle de Estoques; V. Aspectos Financeiros; VI. Andamento das intervenções; VII. Deliberação: Definição de prioridades para aplicação dos recursos da 6ª Distribuição de CEPAC.

No dia **11 de março de 2025** às 14h30 reuniram-se no Auditório da SP Urbanismo para a 63ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima (GGOUCFL), convidados, técnicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e Representantes do GGOUCFL listados ao final da presente Ata.

Autorizado pelo Coordenador do GGOUCFL Vladimir Avila (SP Urbanismo), André Gonçalves dos Ramos (SP Urbanismo), Diretor de Infraestrutura e Operações, iniciou os trabalhos às 14h45 com a Verificação de Presença; colocou em votação a aprovação da ata da 62ª Reunião Ordinária do GGOUCFL, aprovada por unanimidade dos presentes, registrando-se a abstenção de Renata Esteves De Almeida Andretto (MDSP) por não ter participado da referida reunião; em nome da Coordenação, deu posse aos Representantes Julia Maia Jereissati como Suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (Portaria SGM 11/2025); Tarsila Amaral Fabre Godinho e Julia Lopes Arcanjo, respectivamente, como Titular e Suplente da Secretaria de Governo Municipal (Portaria SGM 18/2025); Carlos Augusto Manoel Viana e Renan Massabni Martins, respectivamente, como Titular e Suplente da Secretaria Municipal de Habitação (Portaria SGM 70/2025).

Prosseguindo com a **Ordem do Dia**, passou a palavra ao **Vladimir Avila** (SP Urbanismo) para atualização do Controle de Estoque e **Maria de Fatima Niy** (SP Urbanismo) para atualização dos Aspectos Financeiros: Quadro Financeiro e Planejamento Orçamentário 2025 (QDD - Quadro de Detalhamento de Despesa), seguido de esclarecimentos.

Cristina Wehba (IAB) perguntou se os valores já incluíam a 6ª Distribuição, pois não passou pelo Grupo Gestor, ao que Fátima esclareceu que os valores apresentados não incluíam os valores e custos do leilão, confirmando que será posteriormente apresentado ao Grupo Gestor.

Renata Esteves de Almeida Andretto (MDSP) registrou o desagrado do MDSP com relação à nova forma de apresentação resumida com planilha detalhada enviada somente aos representantes, solicitando retornar à forma anterior, disponibilizando nas reuniões a apresentação detalhada do quadro de despesas para acesso da sociedade civil.

Ato contínuo, foi passada a palavra aos técnicos da PMSP para atualização do Andamento das Intervenções: HIS Coliseu por Caio Alfino (SEHAB); Panorama e Trabalho Social realizado no período por Rosemeire de Oliveira (SEHAB) e Jane Kowalsetskyj (SEHAB), seguido de esclarecimentos.

Cristina Wehba (IAB) perguntou se já existia um Conselho Gestor de ZEIS formado, solicitando informações sobre a demora da remoção, ao que Jane esclareceu que a instituição do Conselho Gestor se encontra na fase inicial do processo de eleição de inscrição de candidatos, com pendências na representação da sociedade civil na comissão eleitoral; quanto ao Panorama houve alguns entraves na remoção da área dos Eucaliptos envolvendo valores de indenização, cadastro e mudança de gestão que geraram atraso.

Welton de Oliveira Silva (ARMFP) manifestou preocupação com o atraso e demora na remoção, solicitando intervenção do Secretário de Habitação e informando que a área está sendo reinvadida, salientando que a área desocupada está sendo reocupada, prejudicando toda a Comunidade, ao que André Gonçalves dos Ramos (SP Urbanismo) informou que Renan Massabni Martins, representante de SEHAB presente tomará providências.

Prosseguindo com o **Andamento das Intervenções**, foi passada a palavra à **Antonia Guglielmi** (SPOBRAS) para apresentação do Melhoramento Urbanístico da Avenida Santo Amaro, Largo da Batata (SEI 7910.2022/0000529-0), Ciclopassarela Jornalista Erika Sallum (Bernardo Goldfarb), Prolongamento da Avenida Faria

Lima e alça de ligação à Av. dos Bandeirantes, seguido de esclarecimentos.

Renata Esteves de Almeida Andretto (MDSP) solicitou esclarecimento sobre a rescisão de contrato da Fase 3 do Largo da Batata e quais providências foram tomadas sobre o fato da Ciclopassarela Erika Sallum ter cedido logo após inauguração, ao que Antônia esclareceu que quanto ao Largo da Batata, houve a necessidade de aditivo do valor original acima dos 25% permitido por lei, o que inviabilizou o contrato que será rescindido amigavelmente para realização de nova licitação; quanto à Ciclopassarela Erika Sallum, agradeceu a oportunidade de esclarecer que não foi a estrutura que cedeu, mas apenas o parapeito diferenciado no trecho da CPTM e o problema já foi solucionado.

Renata Esteves de Almeida Andretto (MDSP) perguntou se foi feita uma perícia, quem foi responsabilizado, quem arcou com o dano e que providências a SP Urbanismo tomou com relação aos responsáveis e ao contrato, ao que Antônia esclareceu que as correções de obra foram feitas pela empreiteira, não gerou custos adicionais pois a obra acabou de ser entregue e possui uma garantia de 5 anos; não sabe informar se houve algum procedimento formalizado mas os problemas já foram sanados e estão superados.

Prosseguindo com o **Andamento das Intervenções**, foi passada a palavra ao **Júlio César Arruda** (SP Urbanismo) para apresentação da Ciclopassarela HIS Panorama e Real Parque e Boulevard Juscelino Kubitschek, seguido de esclarecimentos.

Welton de Oliveira Silva (ARMFP) solicitou que seja apresentado o projeto tanto da ciclopassarela como da área a ser removida; informando que houve uma mobilização dos moradores que apresentaram sugestões, mas o projeto nunca foi apresentado, ao que Vladimir Avila (SP Urbanismo) informou que o projeto foi apresentado ao Grupo Gestor e como informado, se encontra na fase de projeto funcional e entrando na fase de detalhamento poderá ser revisto; André Gonçalves dos Ramos (SP Urbanismo) sugere para a próxima reunião, resgatar o que já foi apresentado e mostrar o avanço no período.

Welton de Oliveira Silva (ARMFP) solicitou a apresentação do projeto da praça que não foi apresentado, para discussão e participação dos moradores.

Cristina Wehba (IAB) complementou lembrando que na última reunião foi dito que seria apresentado nessa reunião, uma atualização do projeto do Panorama, incluindo desapropriação e atualização da área dos eucaliptos, ressaltando que foi solicitada uma Reunião Extraordinária agendada para janeiro e que não ocorreu, ponderando a urgência de uma apresentação sobre o andamento do Panorama em geral, tanto da área habitacional como a de remoção; reitera a informação de Welton de que não foi apresentado ao Grupo Gestor algum projeto da área de remoção; solicitando novamente, com urgência, uma Reunião Extraordinária para discutir o assunto, lembrando que já vem sendo solicitado desde as duas últimas reuniões.

Elisabete França (SMUL) informa que será agendada uma reunião para apresentação do projeto provisório da área pública; quanto ao restante do Panorama, informa que envolvem questões complexas como ações de usucapião coletiva que dificultam a ação da PMSP, assim todas as questões serão englobadas por SEHAB em um projeto geral de urbanização.

Cristina Wehba (IAB) solicitou esclarecimento sobre o terreno a ser desapropriado para instalação do conjunto habitacional, lembrando que foram apresentados dois projetos e posteriormente não houve atualização, motivo pelo qual vem solicitando a Reunião Extraordinária, ao que André Gonçalves dos Ramos (SP Urbanismo) informou que será convocada uma reunião assim que houver algo a apresentar.

Prosseguindo, foi passada a palavra ao Vladimir Avila (SP Urbanismo) e Lucca Donaire Maia (SP Urbanismo) para apresentação do Item VII da pauta, Deliberação: Definição de prioridades para aplicação dos recursos da 6ª Distribuição de CEPAC, complementado por André Gonçalves dos Ramos (SP Urbanismo) e seguido de esclarecimentos.

Cristina Wehba (IAB) perguntou por que o Largo da Batata e Boulervard JK entraram na 6ª Distribuição, se eles já estavam previstos e com recursos, ao que Vladimir Avila (SP Urbanismo) esclareceu tratar-se de um projeto completamente diferente, sem proposta ainda, apenas para reserva de recursos, complementado as Fases 1 e 2 em execução por SP Obras.

André Gonçalves dos Ramos (SP Urbanismo) complementou esclarecendo que o prospecto é um documento para que o investidor que vai adquirir o CEPAC tenha uma ideia das intervenções a serem promovidas pela PMSP na região, assim, há uma previsão de alguma intervenção a ser realizada no Largo da Bata e uma reserva de recursos; posteriormente será realizado o projeto com valores detalhados que retornará ao Grupo Gestor para aprovação e execução.

Cristina Wehba (IAB) lembrando que já houve grande investimento e durante muito tempo no Largo da Batata, perguntou novamente por que o Largo da Batata, pois já está contemplado na Distribuição anterior, ao que Elisabete França (SMUL) esclareceu que durante o período dessa intervenção até os dias atuais o Largo da Batata sofreu uma mudança muito grande com muitas demolições, as ruas e calçadas são estreitas, com fiações aéreas que

ainda não foram enterradas, assim, foi feito um levantamento das questões ainda não contempladas; o próprio Largo da Batata não tem uma identidade, não pertence à população, não respeita a história do Largo, por esse motivo foi reservado o valor no prospecto.

Cristina Wehba (IAB) perguntou por que os Representantes não receberam o material apresentado, antecipadamente, a fim de se preparem e evitar muitas dúvidas, solicitando que a Coordenação organize o material enviado aos Representantes para uma reunião mais produtiva e, reforçando a fala de Renata, de não resumir o material enviado.

Eduardo Joaquim de Carvalho Júnior (APEOP) concordou que os Representantes poderiam ter recebido o material antecipadamente, minimizando as dúvidas, mas a apresentação esclareceu que está sendo dada prioridade a Paraisópolis; manifestou preocupação quanto à viabilidade econômica do leilão, considerando que os 218.000 CEPAC's estão bem orçados, mas para efeito de registro da distribuição; na época do leilão a Prefeitura terá de repensar qual o limite para o primeiro leilão, pois após o primeiro leilão talvez se esgote o potencial adicional de construção, lembrando que conforme estudo de viabilidade econômica apresentado em dezembro/24, em torno de 165.000 CEPAC's é um limite razoável para não haver risco.

Cristina Wehba (IAB) perguntou se o plano apresentado será estritamente financiado pela Operação e como será a distribuição de recursos dentro do plano, ao que Elisabete França (SMUL) esclareceu que o trabalho apresentado foi feito com base em experiência histórica da PMSP em cada assunto; a forma como será contratada não está ainda decidida, trata-se de uma reserva de recursos.

Ester Carro (SMUL) informou que toda a proposta está sendo discutida com a comunidade, realizando oficinas desde outubro/24, sendo os valores apresentados estimados, propondo-se a apresentar no próximo encontro todo o trabalho que vem sendo feito.

Cristina Wehba (IAB) destacou que a Operação Urbana ainda não atendeu o Panorama e que esta Operação Urbana está tornando-se uma coisa muito maior, sendo que o pequeno ainda não foi realizado; ressaltou que não está questionando o processo, mas a questão de ser feita via Operação.

Renata Esteves de Almeida Andretto (MDSP) salientou que passados 30 anos de vigência da OUC Faria Lima, o atendimento do interesse público e habitação social ficou totalmente para trás, tanto que das três comunidades previstas na lei para atendimento, Real Parque e Coliseu levaram muito tempo para começar e Panorama ainda nem começou; assim, corroborando a manifestação de Cristina, destaca que a escala para atendimento de Paraisópolis é outra escala, totalmente diferente; se a Operação Urbana ainda não conseguiu atender as três comunidades, não vislumbra possibilidade de incluir uma estimativa dessas, ponderando que a apresentação foi muito rasa para o tamanho da responsabilidade dos representantes nesse Grupo de Gestão, tendo sido informado que foi estudado detalhadamente, mas não tendo sido apresentado detalhadamente; assim, não há condições da sociedade civil dizer se é aprovável ou não com base em apresentação tão superficial; finaliza considerando que os colegas da habitação tem todo direito de pedir prioridade, mas o que se apresenta não oferece segurança para deliberação àqueles que não conhecem os detalhes da proposta.

Renan Massabni Martins (SEHAB) esclareceu que a apresentação trata da proposta contida na questão do leilão de CEPAC's e não um plano fechado, é uma ideia e os números são estimados; hoje a cidade de São Paulo tem em produção 44.000 unidades habitacionais (UHs), sendo portanto, possível produzir 2.991 UHs; reiterou que a deliberação trata do que estará contido no leilão de CEPAC e não uma proposta fechada; após o leilão cada um dos itens será discutido detalhadamente e o que se apresenta é uma ideia geral.

Elisabete França (SMUL) com escusas, considerou inadequado classificar a proposta apresentada como rasa, tendo em vista o trabalho realizado por equipe técnica qualificada; a inserção de Paraisópolis na lei da Operação Urbana é uma questão de justiça social que já deveria constar desde 2004, salientando que o estudo foi feito com muito cuidado; destacou que a apresentação se trata de um prospecto para leilão, viabilizando o atendimento de Paraisópolis.

Fábio Ceridono Fortes (SIURB) ponderou que as considerações de Renata não cabem a esta gestão; na presente gestão foram entregues Santo Amaro, Ciclopassarela, estão sendo entregues moradias às famílias e entregando Coliseu, salientando a importância e necessidade da deliberação para manutenção dos recursos necessários à continuação da Operação Urbana para promoção do bem-estar e melhoria de qualidade de vida dessas pessoas.

Renata Esteves de Almeida Andretto (MDSP) esclareceu que nunca disse que o trabalho era raso, disse que a apresentação foi rasa; não poderia opinar sobre o trabalho, pois não o conhece; assim, deixou registrado que o trabalho não foi apresentado e objetivamente, considerando a apresentação rasa e muito superficial, sem apresentação de estudos técnicos e não qualifica tecnicamente os membros do Conselho para deliberar com qualidade técnica; os membros do Conselho têm uma responsabilidade pessoal e exercem uma função constitucional de controle do planejamento urbano, nesse caso da OUC Faria Lima e

o MDSP não irá aderir a uma deliberação baseada na presente apresentação, reiterando que O MDSP tem como prioritária a Habitação Social, o interesse público, o equipamento público; por fim, solicita espaço para leitura de Oficio do MDSP sobre o assunto para que conste em ata.

Eduardo Joaquim de Carvalho Júnior (APEOP) destacou como ponto positivo da apresentação a conexão urbana, sendo mostradas duas avenidas cortando Paraisópolis, permitindo que de qualquer ponto se chegue à estação de Metrô em 15 minutos; lembrou que para as distribuições anteriores, desde 2004, nunca foram apresentados planos detalhados, sendo apenas um norteamento; por fim, salienta que a discussão pressupõe o leilão, solicitando informações sobre os planos do leilão, ponderando a possibilidade de realização em julho de 2025.

André Dal-Bó da Costa (FAUUSP) reiterou as manifestações das representantes do IAB e MDSP, no aspecto do fundamento que dá origem à Operação Urbana e sua preocupação central e fundamental com habitação de interesse social, reforçando o fato de que Panorama ainda não tem parte da sua demanda habitacional resolvida; entende que há um esforço para viabilizar o leilão indagando se há pressuposto de garantia dos direitos básicos questionando, em termos de concepção, como a equipe que concebeu a proposta se resguardou da expulsão dos atuais moradores, pois o movimento esperado é que essas famílias deixem esse lugar após a intervenção, citando como exemplo o fato atual das famílias do Panorama que saíram e muitas delas não voltarão.

Cristina Wehba (IAB) dirigindo-se a Elisabete França, em nome do IAB, esclareceu que tem muito respeito pelo corpo técnico e pela produção técnica habitacional da PMSP, inclusive histórica e em nenhum momento teve intenção de desmerecer esse trabalho; esclareceu ainda que não é contra o investimento em Paraisópolis, mas se preocupa em como a Operação Urbana realizará um atendimento habitacional nessa escala, o que a apresentação não conseguiu transmitir de forma segura.

Vladimir Avila (SP Urbanismo) esclareceu que foi apresentada uma distribuição dos recursos que se espera angariar no leilão, em que ordem e de que forma esses recursos serão aplicados, informação que deve constar no prospecto a ser encaminhado à CVM.

Welton de Oliveira Silva (ARMFP) salientou que a preocupação do IAB e FAUUSP precisa ser considerada, lembrando que Panorama não tem sequer asfalto e esgoto corre nas ruas; indagou como abranger Paraisópolis com toda a demanda sem atender uma favela com 900 famílias; manifestou-se favorável à intervenção em Paraisópolis que é muito utilizada pela comunidade do Panorama e como liderança e morador do Panorama, solicitou a união das lideranças do complexo da área da Operação Urbana.

André Gonçalves dos Ramos (SP Urbanismo) destacou que se não houver deliberação pelo prospecto, não haverá leilão, nem arrecadação e nenhuma intervenção será realizada, culminando em um atraso muito significativo dos trabalhos, prejudicando as pessoas que necessitam dos recursos da PMSP; ato contínuo, colocou em processo de deliberação a Minuta de Resolução.

Após debates e ajuste das prioridades conforme sugestão de Cristina Wehba (IAB), colocando Largo da Batata e Boulevard Juscelino Kubitscheck como prioridades 4 e 5, o item VII da pauta: Definição de prioridades para aplicação dos recursos da 6ª Distribuição de CEPAC, foi colocado em votação e aprovado com oito votos favoráveis e três abstenções, conforme RESOLUÇÃO 001/2025/OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA FARIA LIMA ajustada em tempo real.

VOTOS FAVORÁVEIS (08): São Paulo Urbanismo, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, Secretaria de Governo Municipal, Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas, Associação dos representantes dos Moradores de Favela - Perímetro Operação Urbana Consorciada Faria Lima.

**ABSTENÇÕES (03):** Movimento Defenda São Paulo, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Prosseguindo, foi passada a palavra à **Sylvia Guimarães** (Historiadora/Convidada) que solicitou maiores informações sobre o Panorama, informando que a região do Jardim Panorama abriga o sítio arqueológico mais antigo da cidade de São Paulo, o Sitio lítico Morumbi, tombado pelo IPHAN, do qual foram retiradas 200.000 peças recentemente; hoje as peças se encontram no Museu da Cidade, sugerindo que na área desapropriada onde hoje se encontra um campo de futebol, haja um equipamento dedicado ao patrimônio arqueológico da cidade de São Paulo, visto que o Jardim Panorama é um sítio arqueológico, identificado em 1992, negligenciado por décadas e escavado recentemente em função de empreendimento imobiliário; sugeriu ainda convidar o Museu da Cidade e o Museu de Arqueologia da USP para colaborar na discussão de eventual monumento ou equipamento.

Renata Esteves de Almeida Andretto (MDSP) agradeceu a convidada informando que o MDSP se solidariza com ela, considerando a matéria de interesse público de altíssima relevância; ato contínuo, iniciou a leitura do Oficio MDSP - 03/2025 de 11 de março de 2025, que segue anexo à presente ata.

Após leitura, a reunião foi encerrada às 17h20.

#### REPRESENTANTES GGOUCFL PRESENTES

PODER PÚBLICO

1. São Paulo Urbanismo SPURBANISMO COORDENAÇÃO

Titular Vladimir Ávila

Suplente Giulia Zanganatto

2. Representantes Secretaria Municipal De Urbanismo e Licenciamento | SMUL

Titular Elisabete França

3. Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito | SMT

Titular Dawton Roberto Batista Gaia

4. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | SVMA

Titular Lucia Noemia Simoni

5. Secretaria Municipal de Habitação | SEHAB

Suplente Renan Massabni Martins

6. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras | SIURB

Titular Fábio Ceridono Fortes

7. Secretaria de Governo Municipal | SGM

Suplente Júlia Lopes Arcanjo

SOCIEDADE CIVIL

1. Movimento Defenda São Paulo | MDSP

Titular Renata Esteves De Almeida Andretto

2. Instituto dos Arquitetos do Brasil | IAB

Titular Cristina Wehba

3. Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas | APEOP

Titular Eduardo Joaquim de Carvalho Júnior

4. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | FAUUSP

Titular André Dal-Bó da Costa

Suplente Mariana de Azevedo Barreto Fix

5. Associação dos Representantes dos Moradores de Favela - Perímetro da OUCFL | ARMFP

Titular Welton de Oliveira Silva

AUSENTES: Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB); Instituto de Engenharia (IE); Sindicato das Empresas de Compra, Venda Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de SP (SECOVI); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); União dos Movimentos de Moradia (UMM).

AUSÊNCIA JUSTIFICADA: Juliana Henrique Bezerra e Amanda Tiemi Morikawa (SMSUB); Eduardo Della Manna (SECOVI).

NOTA: Apresentação e gravação da reunião disponíveis no site da SP Urbanismo

ANEXO: *OFÍCIO MDSP - 03/2025* 

São Paulo, 11 de março de 2025.

Exmo. Presidente da SPUrbanismo, Sr. Pedro Martin Fernandes

À Secretaria Executiva da SPUrbanlsmo

c/c Exma. Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Sra. Elisabete França

Prezados senhores

O Movimento Defenda São Paulo, entidade sem fins lucrativos com assento permanente no Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, se serve do presente para se manifestar nos seguintes termos.

As Operações Urbanas Consorciadas são instrumento da Lei 10.251/2001, O Estatuto da Cidade, para a execução da política urbana, cuja diretriz geral é de **ordem pública** e de **atendimento do interesse social** para uso da propriedade urbana "em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental".

No entanto, no âmbito da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, os recursos têm sido prioritariamente utilizados para valorizar o empreendimento privado em detrimento da resolução da questão social.

Parece, pois, que, na prática, a Operação Urbana tem se afastado da sua finalidade, em desatendimento das diretrizes legais.

Também observado o parâmetro da Lei 10.251 /2001, as funções do Grupo de Gestão teriam excedido o limite legal e sua função de controle social teria desbordado para uma função similar à legislativa, o que não lhe cabe.

Este Movimento tem mostrado sua contrariedade com essas desconformidades, e, nesta oportunidade, reafirma que a sua representação neste Grupo de Gestão se faz em obediência das diretrizes do Estatuto da Cidade e na defesa do interesse público, em que pese restar constantemente vencido pela maioria.

Por fim, este Movimento solicita a apresentação do último relatório de auditoria da Operação Urbana Consorciada Faria Lima para verificação técnica.

Atenciosamente,

Lucila Falcão Pessoa Lacreta

Movimento Defenda São Paulo - Diretora Executiva

Renata Esteves de Almeida Andretto - Representante titular do Movimento Defenda São Paulo na Operação Urbana Consorciada Faria Lima

### Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo

#### ASSESSORIA JURÍDICA EXECUTIVA

Despacho | Documento: 130510231

I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº 8610.2025/0001567-5, em especial da justificativa apresentada pela área técnica responsável (130180330) e do parecer da assessoria jurídica (130509929), com fundamento no artigo 30, I, da Lei Federal nº 13.303/2016 e no artigo 2º da Lei Municipal nº 15.929/2013, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, AUTORIZO o prosseguimento para a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de UNIAO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS - UMES, inscrita no CNPJ sob o nº 57.277.113/0001-56, para formalizar contrato de licenciamento de obras audiovisuais diversas para atendimento da programação do Circuito Spcine de Cinema, conforme requisições da área técnica responsável.

II- Publique-se. Após, encaminhe-se à área responsável para as demais providências cabíveis.

São Paulo, 04 de agosto de 2025.

Emiliano Zapata / Ary Scapin

Diretor Executivo / Diretor Executivo

Despacho | Documento: 130552607

I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº 8610.2025/0001582-9, em especial das justificativas apresentadas pela área técnica responsável (130276186) e do parecer da assessoria jurídica (130552344), com fundamento no artigo 30, caput, e 73 da Lei Federal nº 13.303/2016, combinados com o artigo 48-A, II e III, da Lei Municipal nº 14.141/2006, e o artigo 884 da Lei Federal nº 10.406/2002, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, CONVALIDO e RATIFICO a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de FLAVIA DA SILVA GUERRA YAMANE, inscrita no CPF sob o nº 273.000.628-14, via FLAVIA GUERRA COMUNICACAO LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.002.905/0001-08, para prestação de serviços de Mestre de Cerimônias durante o encerramento do 4º Fórum Spcine, pelo valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), onerando a dotação orçamentária correspondente.

II- Publique-se. Após, encaminhe-se à área responsável para as demais providências cabíveis.

São Paulo, 04 de agosto de 2025.

Ary Scapin / Emiliano Zapata

Diretor Executivo / Diretor Executivo

**Despacho** | **Documento**: <u>130560255</u>

I-À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº 8610.2025/0001529-2, em especial das justificativas apresentadas pela área técnica responsável (130140144), do parecer da assessoria jurídica (130560064) e da pesquisa de preços realizada, com fundamento no artigo 29, II, da Lei Federal nº 13.303/2016, observadas as demais disposições legais e regulamentares